

## **REUNIÃO COM O EXMO. PRESIDENTE DA CML, ENG. CARLOS MOEDAS**

**Propósito:** *Apresentação de cumprimentos e voto de felicidades, apresentação da Associação, das nossas preocupações e reivindicações para a cidade.*

### **1. Fórum Cidadania Lx – Associação**

*Associação fundada em 6 de Agosto de 2021, no seguimento do trabalho desenvolvido pelo Movimento homónimo desde 2003, de que o blog Cidadania Lx tem sido a face mais visível.*

*O Fórum Cidadania Lx é proprietário do **Círculo das Lojas de Carácter e Tradição de Lisboa**, e administrador do Fórum Cidadania Porto, e de vários blogs de cidadania local e sectorial (Cascais, Sintra, Oeiras, Parque da Bela Vista, etc.).*

*É membro fundador da **Plataforma em Defesa das Árvores** e da **Plataforma por Monsanto**.*

**Objecto** (art. 2º dos estatutos): *“a promoção e a defesa da qualidade de vida, ambiente, urbanismo, cultura, tempos livres e património material e imaterial na área geográfica correspondente ao Distrito de Lisboa, e em defesa do património edificado, espaço público e património arbóreo respectivos”.*

**Actividades** (art. 3º), e *“propõe-se desenvolver todas as actividades necessárias e convenientes à prossecução do seu objecto e com ele conexas, nomeadamente, se necessárias, quaisquer diligências em direito permitidas que se afigurem adequadas a esse propósito, de natureza preventiva ou outra”.*

## **2. AS NOSSAS PREOCUPAÇÕES VS. AS CAUSAS FUNDADORAS DA ASSOCIAÇÃO:**

### **2.1. Património da cidade –**

- Desaparece/é adulterado todos os anos, violentamente nos últimos 15 anos, sobretudo o do século XIX-XX. Nem mesmo o elencado na Carta do PDM se salva.

### **2.2. Urbanismo**

- Sem respeito pelo Património e pelo Cidadão, pelos leitos de cheia, sistema de vistas, solos permeáveis, corredores verdes, volumetrias, o próprio PDM, e insiste na reabilitação “faz-de-conta”, construção nova c/ manutenção de fachada, aumento de cérceas; hotéis no centro histórico como forma de repovoar a cidade, e combatendo a especulação com tímidos agravamentos de IM.
- Urbanismo sem transparência na aprovação dos projectos, discussão pública, nem mesmo aprovação em reunião de CML.
- Em que medida a “agilização do licenciamento” não é nocivo à Cidade, na medida em que a gestão urbanística não pode ser compatível com “check lists” quando está em causa a Cidade?

### **2.3. Ambiente**

- A CML combate, e bem, a circulação automóvel no centro da cidade, apostando na mobilidade suave e evocando o pensamento de Ribeiro Telles.
- Mas promove a construção de um terminal de cruzeiros em pleno centro da cidade, permite mais e mais aviões sobre Lisboa, anuncia pontes rodoviárias e mais tráfego fluvial, incentiva mais caves para estacionamento, impermeabiliza colinas e vales de cheias, esquecendo o óbvio: faltam árvores de grande porte!
- A CML está longe de reaproveitar como deveria as águas pluviais e residuais
- Tem níveis impensáveis de ruído urbano, em especial nas zonas históricas ~
- Continua a ter problemas muito sérios de higiene urbana.

### **2.4. Espaço Verdes**

- Gestão desastrosa pelas JF, corrupção desenfreada, incompetência generalizada (podas mal feitas e permanentes), esquecendo-se por completo da escola de jardineiros.
- continuam os grandes projectos paisagísticos, que ignoram as pré-existências.
- Sobretudo, há um incumprimento generalizado do Regulamento Municipal do Arvoredo e uma notória incapacidade de manutenção que leva à morte de muitas das árvores de alinhamento/arruamento entretanto plantadas.

### **2.5. Mobilidade**

- Continua a ser decidida sem haver concertação com a Área Metropolitana de Lisboa. Anunciam “parques dissuasores” dentro da cidade.
- Os interfaces existentes são ridículos.

- Não se conseguem as anunciadas linhas de metro ligeiro de superfície entre Lisboa e a periferia.
- Não se discute seriamente a colocação de portagens à entrada de Lisboa, antes se alargam faixas de rodagem nas vias rápidas.
- A Carris melhorou bastante ainda que à base de autocarros, em termos de fiabilidade e conforto, poluição e reforço de horários e carreiras. Contudo, a *app* e os *placards* continuam pouco fiáveis.
- O Metro, ao contrário, está pior, ano após ano: os tempos de espera são incomportáveis para quem não quer andar de carro nem pode usar o bus, os acessos mecânicos estão sistematicamente avariados, a poluição sonora e a multiplicidade de publicidade nas estações é cada vez maior.
- As ciclovias, que são uma conquista da cidade moderna, são motivo de polémica por algumas estarem mal concebidas e serem perigosas, e não haver uma verdadeira rede.
- Finalmente, os eléctricos continuam a definir-se como meros adereços turísticos, quando podiam ser a verdadeira força motriz da mobilidade da cidade, como foram há 100 anos. Nem as muito pequenas promessas se cumprem (as extensões Terreiro Paço-Sta. Apolónia e Camões-Sodré), nem as com maior significado como a de abertura da linha de St<sup>a</sup> Apolónia-Expo.

## 2.6. Espaço Público

- Melhorou substancialmente nos últimos 15 anos: mais zonas pedonais, rearranjo de praças (via “Uma Praça em Cada Bairro”), mais esplanadas e locais de lazer. No entanto, quase tudo sem transparência na escolha dos projectos e projectistas.
- há uma evidente falta de qualidade nos materiais e detalhes, e é notória a aversão à plantação significativa de novas árvores.
- há uma ausência de uniformidade nas intervenções, sucedendo-se mantas de retalho: do C. Sodré ao Campo das Cebolas é o caso mais paradigmático.
- Por outro lado, continuam os elementos espúrios nos passeios (múpis mal colocados, sinais de trânsito redundantes, trotinetes abandonadas, etc., etc.) e só se conseguiu assegurar com pilaretes os carros fora dos passeios. Mantém-se o problema de ausência de uniformização e critério de equipamentos como pilaretes ou candeeiros, por exemplo

## 2.7. Cultura

- Continua a resumir-se às funções de agente cultural, confundindo-se o Pelouto com a sua empresa Municipal (EGEAC) e de subsistência a agentes culturais.
- Está por provar a mais-valia da transferência dos museus municipais e dos demais equipamentos culturais para a EGEAC.
- Não se lhe conhece posição ou intervenção na defesa do Património da cidade junto do pelouro do Urbanismo, muito menos qualquer tomada de posição em termos do espaço público e do arvoredo, também eles Cultura.

- Continua sem entender que a dignificação do Arquivo Municipal é uma prioridade, que se arrasta sem solução.
- Acresce que é uma vergonha o que se passa com o Palácio Pombal e o Palácio Marim Olhão, ambos propriedade da CML.

## **2.8. Frente Rio**

- Os últimos 15 anos foram sinónimo de ganho de espaço para a esfera da cidade do muito que era feudo da APL, degradado e esquecido. Desanuviaram-se vistas, abriu-se o acesso ao cidadão, requalificaram-se vastas áreas, ainda que se tenha aberto mão a grandes equipamentos em clara violação do PDM (ex. os centros Champalimaud, o MAAT, o novo bar BB).
- Continua a ser inconcebível o abandono de algumas docas entre Alcântara e a Expo, sem que se aposte verdadeiramente na náutica de recreio e desporto.

### 3. AS NOSSAS PROPOSTAS E REIVINDICAÇÕES PARA O MANDATO 2021-2025

#### 3.1. Património

- Criação de um fundo municipal para o Património, alimentado em exclusivo com as taxas turísticas.
- Criação de uma Comissão Consultiva sobre o Património da Cidade, sob a alçada directa do Presidente da CML.
- O Património tem que ser visto como abrangendo o Edificado, a Paisagem, o sistema de Vistas, a Frente-Rio, o Comércio de Tradição e Carácter, a Memória.
- Consulta prévia ao Pelouro da Cultura para emissão de parecer vinculativo em projectos urbanísticos envolvendo Património registado na Carta do Património.
- Continuar a actualizar e rever a Carta Municipal do Património, conforme iniciado na vereação anterior, mas tendo como preocupação maior o reforço da Carta actual e não o seu esvaziamento e/ou incremento por via de inclusões pré-garantidas de arquitectura contemporânea e de autor.
- Qual a posição da nova CML quanto à candidatura Unesco da “Lisboa Histórica, Cidade Global”?
- A Arquitectura da Água tem que ser totalmente recuperada e o Aqueduto classificado como Unesco, pressupondo, desde já, a remoção do palco na Mãe d’Água das Amoreiras, por exemplo, e a necessidade de garantir que a água jorra das nossas principais fontes e chafarizes.
- A Calçada Portuguesa, património imaterial, nas versões simples e artística, deve ser aplicada na generalidade dos passeios da cidade
- Reactivar o PISAL (Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa), uma vez que o mesmo foi diluído (extinto) nos regulamentos urbanísticos, perdendo-se-lhe o rasto, de que a Lei de 2017 de protecção do azulejo de fachada não serve de justificação.

#### 3.2. Urbanismo:

- Revisão do PDM (2022): deve contemplar a alteração de diversos artigos do PDM em vigor, por forma a garantir a manutenção de diverso Património até aqui destruído (interiores, coberturas, materiais, decorações, fecho de varandas, etc.), uma maior permeabilidade dos solos (% SVP, leitos de cheia, lençóis freáticos), o respeito pelos pareceres dos técnicos e do Núcleo da Estrutura Residente do PDM; deve eliminar a possibilidade da “excepcionalidade” que permite a certos projectos violarem o próprio PDM.
- Revisão dos planos de urbanização dos bairros históricos (Bairro Alto e Bica, Mouraria, Alfama e Castelo) terrivelmente revistos em 2014, que assim passaram a permitir construções espúrias em quarteirões intocados, alterações de volumetria, introdução de materiais dissonantes, etc.
- Cumprimento escrupuloso do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina (interiores, coberturas, gaiola pombalina, vãos, pisos térreos, lojas históricas, etc.)

- Protecção de facto para o edificado elencado na Carta Municipal do Património (interiores, logradouros, volumetria, lojas, etc.)
- Transparência na aprovação de projectos e licenciamento urbanístico (o Gesturbe deve permitir um maior acesso do público, todos os projectos referentes a edifícios do PDM e em ZEP devem ir a reunião de CML, os projectos de impacte no quarteirão devem ter sempre discussão pública, evitando-se assim casos como o Hospital da Marinha, o quarteirão das Beatas, o “quarteirão inglês”, o convento das Mónicas, o Hospital da CUF/Alcântara, os edifícios do Patriarcado, etc.; os projectos aprovados devem ter afixada no local informação visual 3D nos andaimes, ex. Suíça, unidade de execução da Ajuda).
- Obrigatoriedade de abertura de discussão pública a projectos com impacte semelhante a loteamentos mas em que a lei não obriga a tal (ex. Beatas, quarteirão inglês, etc.
- Protecção efectiva do sistema de vistas (com parametrização quantificada dos ângulos, pontos de vista de e para o local).
- Extinção da figura de “projecto estruturante”.
- Extinção da comissão técnica de apreciação com a DGPC.
- Criação de um Conselho Consultivo para o Património.
- Protecção do património de “Lisboa Entre-Séculos”, que tem sido martirizado nos últimos 15 anos.
- Incremento da posse administrativa e das obras coercivas, como forma de combater a Lisboa Abandonada e a especulação, em detrimento do agravamento do IMI.
- Elaboração do regulamento para o Bairro Azul IIP.
- Obrigatoriedade de um 2º parecer em matéria de engenharia de estruturas, sempre que os projectos propõem a demolição dos interiores, combatendo a desinformação e a corrupção.
- Fim dos licenciamentos a hotéis para o centro histórico (há 42 novos hotéis em apreciação).
- No âmbito da unidade criada no Pelouro do Urbanismo, que se encontra a analisar uma série de projectos urbanísticos de licenciamento/aprovação duvidoso, incluir, desde logo, os projectos que consubstanciaram perda patrimonial para a cidade, exemplos, a moradia Pereira Coutinho da Rua da Lapa (projecto do atelier Aires Mateus), “casa Bak Gordon” na Costa do Castelo, antigo convento de Santa Joana, antigo Hospital da Marinha (arq. Torres de Carvalho), convento das Mónicas (idem)?
- Introdução de uma quota para futuras lojas de souvenirs/bangladashi e revisão dos licenciamentos já atribuídos, com envolvimento directo do Ministério da Administração Interna a montante.
- Actualização do RMUEL com vista ao combate de facto as duas ilegalidades: a marquise e os cabos nas fachadas.

**É preciso garantir que um conjunto de edifícios e/ou quarteirões são imprescindíveis para a cidade e não podem ser alterados** (ex. palacetes do Saldanha+prédio gaveto com a Av. Praia da Vitória, quarteirões da Rua do Salitre/Rua Nova de São Mamede, quarteirões da R. Joaquim Casimiro, etc.).

**“Queremos saber” a posição da CML quanto a uma série de dossiers em aberto:**

- SRU Ocidental (extinção? Competências? Área?)
- UE da Ajuda (o modelo é final? Cérceas? Arruamentos? Vistas de/para o Palácio?)
- PP Alvito
- PU Alcântara
- Ampliação MNAA
- Urbanização das Trinas
- Mono do Rato vs. jardim Aristides Sousa Mendes
- Prédios demolidos no Largo de São Miguel
- Projecto da Praça das Flores (Souto Moura),
- Projecto Eastbanc /fábrica (Valsassina) e antigo Colégio dos Nobres
- PP Parque Mayer e JB
- Projecto palacete rosa (Carrilho da Graça)
- Quarteirão da Portugália (José Mateus)
- Quarteirão da Fontes Pereira de Melo (Frederico Valsassina)
- Quarteirão de São Paulo (Samuel Carvalho)
- Quarteirão dos retroseiros (Miguel Saraiva)
- Palácio do Patriarcado (Nuno Ministro)
- Colina de Santana
- Quartéis de bombeiros da Av. D. Carlos I e da Av. Defensores de Chaves.

### **3.3. Ambiente**

- Desenvolvimento/execução de projecto de reaproveitamento das águas pluviais e residuais, extensível a toda a cidade, por forma a assegurar por essa via o sistema de rega de todos os jardins e espaços verdes geridos pela CML e JF, e o abastecimento ao corpo de bombeiros.
- Desenvolvimento/execução de acções-piloto de aproveitamento da energia solar e eólica para o fornecimento de electricidade aos edifícios da CML, permitindo a sua extrapolação aos proprietários privados por via de apoios, mas onde exista potencial conflito com a valia estética e patrimonial do edificado (coberturas) da cidade.
- Implementar um sistema eficaz de combate ao ruído, no seguimento das medições anuais de ruído cujos valores infrinjam a lei, pugnando pelo “direito ao silêncio”.
- Assegurar que o Corredor Verde é não só mantido e preservado como alargado, criando mais zonas verdes que permitam um aumento dos contínuos

verdes, com tudo o que isso significa para um ar menos poluído e para uma maior biodiversidade.

- Combater a produção de resíduos, o desperdício e o lixo na rua, por uma maior sensibilização do público e punição dos prevaricadores, agindo de forma exemplar sobre os comerciantes, cafés e restaurantes, hotéis e obras de construção civil.
- Continuar a apostar nos meios de transporte público colectivo, leia-se, muito mais tram, e autocarros eléctricos e movidos a hidrogénio, e de locomoção individual em "mobilidade suave" (trotinetes, bicicletas) em rede.
- Criar uma estratégia de biodiversidade para Lisboa que tenha em atenção a valorização das zonas de sapal junto à Expo e do Parque Florestal de Monsanto.
- Repensar a "indústria da noite" em conjunto com o sector a cidade, por forma a terminar com a promoção turística de "Lisboa enquanto destino alcoólico" e reduzir drasticamente o impacto das actividades nocturnas na população

### **3.4. Espaços Verdes**

- Garantir o cumprimento escrupuloso do Regulamento Municipal do Arvoredo pela CML e JF: aviso prévio, relatórios fitossanitários independentes, etc.
- Garantir o cumprimento escrupuloso dos contratos de manutenção das árvores e jardins.
- Avaliar a eficácia/sucesso da transferência de competências da CML para as JF, para eventual reversão de algumas delas.
- Sindicância às adjudicações feitas (podas, abates e plantação de árvores) com posterior envio ao Ministério Público.
- Elaboração de lista de empresas certificadas, com base em critérios transparentes e objectivos.
- Investimento na escola de jardineiros, em detrimento da contratação externa.
- Divulgação concertada de espécies e conjuntos, locais de interesse, etc.
- Sensibilização do público e dos agentes locais (JF, comerciantes, etc.) para a valia das árvores de alinhamento/ arruamento, esclarecimento de mitos e erros (ex. alergias, raízes diâmetro das caldeiras, co-existência com a calçada, etc.).
- Evitar a sobrepressão dos espaços verdes com actividades desaconselhadas para a boa manutenção dos espaços (alugueres *ad hoc*, eventos constantes, etc.), passando a permitir apenas eventos que "casem" com o espaço em que decorrerão.
- Proceder à arborização de arruamentos (ex. Campo de Ourique, Arroios, Baixa)
- Proceder anualmente à classificação de Árvores de Interesse Municipal (espécies isoladas e em conjunto) por bairro, começando por criar um roteiro dos jardins históricos de Lisboa
- Fazer um levantamento urgente sobre o estado fitossanitário das árvores de grande porte nos jardins e parques propriedade da CML, desde logo pela Mata de Alvalade (os choupos-brancos estão a morrer, os freixos estão cheios de doenças, não há nenhuma manutenção digna de seu nome) e a Quinta das Conchas/Lilases.



### 3.5. Mobilidade

- Liderar de facto a Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, assegurando junto do Governo o desenvolvimento de projectos concretizáveis a médio-prazo, de ligações com transporte colectivo rápido e pouco poluentes entre Lisboa e a periferia; e, com as demais autarquias, uma rede de verdadeiros interfaces com parques de estacionamento dissuasores.
- Reconstrução/reabertura carreiras de eléctrico, com vista ao regresso de uma verdadeira rede de eléctricos/tram para a cidade.
- Avaliação de cada uma das ciclovias existentes, corrigindo as que são manifestamente perigosas (ex. Rua Castilho, Av. Almirante Reis) e assegurando uma rede efectiva de ciclovias.
- Requalificação do terminal rodoviário de Sete-Rios.
- Requerer junto do Governo a transferência do Metropolitano de Lisboa para a esfera camarária, tal qual quando na sua origem, por forma ao ML estar ao serviço da Cidade e não de terceiros.

### 3.6. Espaço Público

- Plano anual de correcções às intervenções realizadas recentemente ao abrigo do programa “Uma Praça em Cada Bairro”, designadamente substituindo alguns materiais e mobiliário urbano inadequados, isto é, reintroduzindo a calçada portuguesa e o paralelepípedo nalgumas situações onde passou a haver betuminoso e cimento; recolocando os candeeiros antigos/réplicas nos locais da cidade histórica (incluindo os bairros modernistas), e ... plantando mais árvores e arbustos.
- -Revogação do Plano de Mobilidade, retirando a obrigatoriedade existente de retirar a calçada portuguesa de uma forma generalizada, como tem sido habitual; em alternativa, apenas para alguns espaços, adopção de materiais dignos
- Continuação do “Uma Praça em Cada Bairro”, já com as correcções descritas, em locais onde o espaço público é terceiro-mundista (ex. Rua Morais Soares, Av. Almirante Reis), e privilegiando intervenções que garantam a homogeneidade estética e funcional entre locais vizinhos, evitando a disparidade de critério, concepção e materiais dos projectos na Frente-Rio, por ex., bem como a transparência na escolha dos projectistas.
- Abertura de mais ruas exclusivas a peões, garantindo, no entanto, que as mesmas não se transformem em contínuos de esplanadas, “plantações” de quiosques, e elementos pseudo-decorativos que se constituem como obstáculos.
- Revisão da iluminação LED, sobretudo nos arruamentos onde ela está colocada para iluminar fachadas e janelas em vez do passeio.
- Rever a iluminação de artérias principais, onde foram introduzidas LED com manifesta perda de iluminação (ex. Avenidas Fontes Pereira de Melo, República, Álvares Cabral)

- Retirada de todos os *placards* publicitários que contenham iluminação susceptível de encadear condutores de automóveis/motociclos e peões, bem como moradores em prédios onde os mesmos sejam directamente iluminados (ex. prédios defronte ao Corte Inglês).
- Avaliação bairro a bairro, dos placards publicitários, sinais de trânsito redundantes e outros, que constituam obstáculo à livre e segura circulação de peões, para remoção imediata.
- Implementar um plano geral de rebaixamento das caixas de telecomunicações de sinais de trânsito e outros, que se encontram à superfície, constituindo elementos espúrios e obstáculos aos peões.
- Revogar a permissão de ampliação *ad-hoc* das esplanadas a propósito de supostos prejuízos decorrentes da pandemia.
- Rever a iluminação dos monumentos, já que, por exemplo, a nefanda loja da sardinha portuguesa no Rossio está mais bem iluminada do que o Aqueduto!
- Também aqui, a taxa turística deve ser um instrumento de compensação e, por isso, as suas verbas devem participar os projectos de qualificação e manutenção do espaço público.

### 3.7. Cultura

- Aposta prioritária na dignificação do Arquivo Municipal de Lisboa, aproveitando um dos vários edifícios/equipamentos públicos ao abandono para o instalar como um todo (intermédio, fotográfico, etc.) em edifício compatível, ex: parte do antigo Hospital Miguel Bombarda – enfermarias em “U” e em “poste telefónico”, ou o antigo Convento de Arroios.
- Aposta prioritária na recuperação do Palácio Pombal, e na sua musealização como Museu Pombalino.
- Criação de um Museu dos Bombeiros, por exemplo em dois quartéis históricos: Av. D. Carlos I Quartéis Av. Defensores de Chaves.
- Criação de sinalética para edifícios históricos, circuitos temáticos (ex. Lisboa Entre-Séculos, Lisboa Art Déco, Lisboa Modernista, grandes arquitectos, árvores monumentais, ...).
- Estabelecimento de protocolo com a Igreja de modo a que as igrejas e conventos tenham horário fixo de abertura ao público fora das missas, afixado à porta, e, por ex. “sacristias de portas abertas”.
- Campanha de classificações de Interesse Municipal para edifícios singulares, frentes de quarteirão e arruamentos (ex. Rua Júlio de Andrade, Trav. do Fala-Só, ...).
- Incentivar um encontro/congresso anual das lojas classificadas pelo programa Lojas com História.

### **3.8. Frente-Rio**

- -Proibição de mais construção ao longo do rio em clara violação do PDM (edifícios com mais de 150m largo) e de edifícios espúrios (cafetarias e restaurantes) em locais com intervenções do foro paisagístico.
- -Recuperação dos acessos viários e pedonais às gares marítimas de Alcântara e Rocha Conde d'Óbidos.
- -Negociação com a APL para o desmantelamento do terminal de contentores de Alcântara.
- -Tornar Lisboa na “capital da náutica de recreio e desporto”.
- -Requalificação/reabertura das docas/portos de abrigo ainda por recuperar.
- -Abertura de concurso público internacional para o desenvolvimento de projecto (faseado) de desnivelamento da linha ferroviária entre o Sodré e Algés, garantindo que o mesmo não significará o regresso do automóvel à frente-rio.

Lisboa, 30 de Novembro de 2021.